



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CHEFIA DE CONTABILIDADE
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

HOSPITAL BENEFICENTE SÃO CARLOS 2007 A 2016 – UMA DÉCADA EM ANÁLISE

**FARROUPILHA
Julho de 2017**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

SUMÁRIO

Introdução

Cronologia dos Fatos

Análises Financeiras e de Gestão

Conclusões

Anexos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

INTRODUÇÃO

O Hospital Beneficente São Carlos foi fundado em 1934, como sociedade por cotas de responsabilidade limitada, de fins econômicos e lucrativos, e com a denominação de Sanatório Nova Vicenza Limitada ([Anexo 1](#)). Em 1975, foi transformado em sociedade civil, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos e com controle pertencente à Mitra Diocesana de Caxias do Sul, conforme registrado na Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria e do Conselho realizada em 26-12-1975 ([Anexo 2](#)).

Cerca de quatorze anos depois, a Mitra Diocesana de Caxias do Sul doou ao Município de Farroupilha a integralidade da sua participação societária no Hospital Beneficente São Carlos, por meio da Escritura Pública de Doação nº 4.196, lavrada em 05-10-1989, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.647, de 11-09-1989. A partir dessa data, o Município de Farroupilha passou a ter o controle sobre o Hospital Beneficente São Carlos, desde que conservasse os fins sociais da entidade, conforme condicionante imposta na doação pela Mitra Diocesana de Caxias do Sul ([Anexo 3](#)).

Nesse momento iniciou um período de incerteza acerca da natureza jurídica do Hospital, tendo em vista que mesmo sem alteração formal da sua constituição de associação de direito privado, o fato de o Município ter recebido uma participação societária gerou, em tese, transformação da entidade numa espécie de *sociedade de economia mista*, com subordinação ao regramento de direito público, como por exemplo, licitação, concurso público e fiscalização pelo Tribunal de Contas.

No ano de 2003, a partir da edição da Lei Municipal nº 2.773, de 15-07-2003, e de conformidade com a Escritura Pública de Doação nº 7.425, lavrada em 30-09-2003, o Município doou ao Hospital a integralidade da participação societária recebida da Mitra Diocesana de Caxias do Sul e se retirou da entidade Hospital Beneficente São Carlos ([Anexo 4](#)).

Apesar da saída formal do Município, o Hospital continuou a exercer um importante papel na saúde pública municipal, regional e estadual. Nesse contexto, com base nos princípios da publicidade, do acesso às informações de interesse público e coletivo, da transparência e da eficiência na aplicação dos recursos públicos, apresentamos um estudo dos fatos e seus reflexos na produção, nos custos, nas receitas e nos resultados do Hospital Beneficente São Carlos no período de 2007 a 2016, visando melhor compreender a conjuntura, bem como contribuir para a garantia da efetividade e melhoria progressiva dos serviços de saúde pública prestados à população.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

CRONOLOGIA DOS FATOS

No ano de 2007

Nessa época, até o início de 2012, os serviços de saúde prestados pelo Hospital no âmbito do SUS eram contratados diretamente pelo Estado do Rio Grande Sul, e o Hospital era referência em média complexidade, nas áreas de pediatria, cirurgia geral, traumatismo-ortopedia, psiquiatria e clínica médica apenas para os Municípios de Farroupilha e Nova Roma do Sul ([Anexo 6](#)). Além disso, o Hospital realizava cirurgias eletivas para esses dois Municípios e procedimentos hospitalares em gestações de baixo risco para o Município de Nova Pádua, bem como exames de mamografias, ultrassonografia, tomografia de crânio, coluna, tórax e abdômen para 13 Municípios: Antônio Prado, Flores da Cunha, Ipê, Nova Roma do Sul, Farroupilha, Nova Pádua, São Marcos, Feliz, Alto Feliz, Linha Nova, São Vendelino, Bom Princípio e Vale Real ([Anexo 6](#)).

Em 22-08-2007, o Hospital Beneficente São Carlos solicitou o seu credenciamento de alta complexidade em traumatismo-ortopedia no Sistema Único de Saúde – SUS, conforme ofício nº 29/2007, assinado pelo então Presidente da Diretoria Executiva do Hospital e pelo Secretário Municipal da Saúde e Meio Ambiente e remetido à Secretaria Estadual da Saúde ([Anexo 5](#)).

No ano de 2008

Neste ano, o Hospital apresentou receitas superiores às despesas e encerrou o exercício com o resultado líquido positivo de R\$ 924.892,24 (Tabelas [07](#), [08](#) e [09](#)).

Mesmo com resultado positivo, a dívida acumulada líquida do Hospital no final de 2008 somou R\$ 5.140.190,23, sendo que desta, R\$ 8.326,49 eram com instituições financeiras (Tabelas [05](#), [10](#) e [11](#)).

No ano de 2009

Em 2009, houve um aumento de despesas operacionais de 22,08%, que passaram de R\$ 13.078.193,12 em 2008, para 15.965.746,63 em 2009, frente a um aumento de receitas de apenas 5,17% no período, passando de R\$ 14.093.694,88 para R\$ 14.821.830,67 ([Tabela 8](#)).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

Esse déficit operacional, somado ao resultado financeiro, resultou em prejuízo de R\$ 1.305.199,03 (Tabela [08](#) e [09](#)).

No final deste exercício, a dívida acumulada líquida pelo Hospital passou para R\$ 6.940.240,58, sendo que desta, R\$ 1.415.294,88 eram com instituições financeiras (Tabelas [10](#) e [11](#)).

No ano de 2010

Em 14-06-2010, o Hospital novamente solicitou o seu credenciamento de alta complexidade em traumatologia-ortopedia no SUS, conforme ofício nº 035-06/10, assinado pelo então Presidente da Diretoria Executiva e pelo Diretor-Geral do Hospital e remetido à Secretaria Estadual da Saúde ([Anexo 6](#)). Acompanhou esse pedido uma declaração firmada pelo Presidente da Diretoria Executiva do Hospital, de que o Hospital *“atende as exigências da legislação para se credenciar como uma unidade de assistência de alta complexidade em traumatologia e ortopedia”* e *“que possui em seu corpo clínico profissionais habilitados a realizar os procedimentos cirúrgicos nos serviços de alta complexidade de coluna, cintura escapular, ombro e cotovelo, cintura pélvica e quadril, joelho, tornozelo e pé, trauma e procedimentos osteoplásticos”* ([Anexo 6](#)).

Também em 14-06-2010, o Hospital solicitou o seu credenciamento de alta complexidade em neurocirurgia no SUS, conforme ofício nº 036-06/10 ([Anexo 7](#)). Acompanhou esse pedido uma declaração firmada pelo Presidente da Diretoria Executiva do Hospital, de que o Hospital *“atende as exigências da legislação para se credenciar como uma unidade de assistência de alta complexidade em neurocirurgia”* e *“que possui em seu corpo clínico profissionais habilitados a realizar os procedimentos cirúrgicos nos serviços de alta complexidade em neurocirurgia”* ([Anexo 7](#)).

Em 19-08-2010, a Secretaria Municipal de Saúde informou ao Hospital que a sua solicitação de credenciamento de alta complexidade em traumatologia-ortopedia foi deferida, e a solicitação de credenciamento de alta complexidade em neurocirurgia foi indeferida, tudo conforme ofício nº 129/2010, assinado pelo Secretário Municipal de Saúde ([Anexo 8](#)).

Em 20-10-2010, o Município de Farroupilha, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, firmou o Termo de Compromisso de Gestão Municipal, pleiteado, assim, a chamada *Gestão Plena da Saúde* ([Anexo 9](#)).

Em 07-12-2010, a Portaria nº 3.842, do Ministério da Saúde, homologou o Termo de Compromisso de Gestão Municipal firmado pelo Município ([Anexo 10](#)).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

O Hospital encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 724.412,87 (Tabelas [08](#) e [09](#)), e a dívida acumulada líquida aumentou para R\$ 8.990.554,38, sendo que desta, R\$ 2.910.031,46 eram com instituições financeiras (Tabelas [10](#) e [11](#)).

No ano de 2011

Em 26-07-2011, o Hospital apresentou documentos complementares no processo de credenciamento de alta complexidade em traumatologia-ortopedia, conforme ofício nº 048-07/11, assinado pelo então Presidente da Diretoria Executiva e pelo Diretor-Geral do Hospital e remetido à Secretaria Municipal de Saúde de Farroupilha e à 5ª Coordenadoria Regional de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Caxias do Sul ([Anexo 11](#)). Esse ofício expressamente nominou as equipes multidisciplinar e multiprofissional disponíveis para os serviços de alta complexidade em traumatologia-ortopedia ([Anexo 11](#)).

Em 20-10-2011, o Hospital solicitou apoio a um Deputado Estadual para agilizar o seu credenciamento de alta complexidade em traumatologia-ortopedia, conforme ofício nº 062-10/11 ([Anexo 12](#)).

O Hospital encerrou este exercício com prejuízo de R\$ 1.880.629,04 (Tabelas [08](#) e [09](#)), e a dívida acumulada líquida subiu para R\$ 12.153.890,36, sendo que desta, R\$ 4.378.488,66 eram com instituições financeiras (Tabelas [10](#) e [11](#)).

No ano de 2012

Em 29-03-2012, a contratação SUS passou a ser realizada diretamente entre o Município e o Hospital ([Anexo 13](#)).

Nesse ano, o Hospital iniciou a realização dos atendimentos e procedimentos de média complexidade em traumatologia-ortopedia, tanto de urgência, quanto de emergência e eletivos, para 12 Municípios (Antônio Prado, Flores da Cunha, Ipê, Nova Roma do Sul, Farroupilha, Nova Pádua, São Marcos, Feliz, Alto Feliz, São Vendelino, Bom Princípio e Vale Real), de acordo com os recursos financeiros previstos na Resolução CIB/RS nº 30, de 17-02-2012 ([Anexo 14](#)).

A Resolução CIB/RS nº 158, de 19-04-2012, aprovou a habilitação do Hospital para prestar atendimento nos serviços de STO – Serviço de Traumatologia e Ortopedia e STOU – Serviços de Traumatologia e Ortopedia de Urgência, para 32 Municípios (Alto Feliz, Antônio Prado, Bom Princípio, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Coronel Pilar, Carlos Barbosa, Cotiporã, Feliz, Farroupilha, Fagundes Varela,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Ipê, Monte Belo do Sul, Nova Bassano, Nova Araçá, Nova Roma do Sul, Nova Pádua, Nova Prata, Paraí, Protásio Alves, São Marcos, São Vendelino, Santa Tereza, São Jorge, União da Serra, Vale Real, Vista Alegre do Prata, Veranópolis e Vila Flores), com um repasse mensal de R\$ 161.654,41 oriundo do teto MAC do Estado do Rio Grande do Sul ([Anexo 15](#)).

Entre outubro e novembro de 2012, a Secretaria Municipal de Saúde e o Hospital realizaram outros atos para a continuidade do processo de credenciamento de alta complexidade em traumatologia-ortopedia do Hospital, conforme ofício SMS nº 160, de 15-10-2012, ofício SMS nº 185, de 26-11-2012, e ofício SMS nº 190, de 28-11-2012 (Anexos [16](#), [17](#) e [18](#)).

Neste ano, o Município repassou ao Hospital R\$ 7.207.500,00, sob a forma de subvenção social ([Tabela 4](#)).

O Hospital encerrou este exercício com prejuízo de R\$ 3.651.424,16 (Tabelas [08](#) e [09](#)).

Também no final deste exercício, a dívida acumulada líquida aumentou para R\$ 16.108.846,91, sendo que desta, R\$ 6.839.304,18 eram com instituições financeiras (Tabela [10](#) e [11](#)).

No ano de 2013

Em 13-09-2013, o Hospital foi habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 1.024 ([Anexo 19](#)).

Em 24-09-2013, em razão da habilitação do Hospital como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, a Portaria nº 2.090, do Ministério da Saúde, fixou em R\$ 234.536,87, o recurso financeiro anual a ser incorporado ao limite financeiro de média e alta complexidade do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Farroupilha, com transferência regular e automática, em parcelas mensais, do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Farroupilha ([Anexo 20](#)).

Em 14-10-2013, a Resolução nº 530/13-CIB/RS, em razão da habilitação do Hospital como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, alterou as referências da macrorregião da serra, estabelecendo o Hospital como referência de alta complexidade em traumatologia-ortopedia para 34 Municípios (Alto Feliz, Antônio Prado, Bom Princípio, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

Coronel Pilar, Carlos Barbosa, Cotiporã, Feliz, Farroupilha, Fagundes Varela, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Guaporé, Ipê, Monte Belo do Sul, Nova Bassano, Nova Araçá, Nova Roma do Sul, Nova Pádua, Nova Prata, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, São Marcos, São Vendelino, Santa Tereza, São Jorge, União da Serra, Vale Real, Vista Alegre do Prata, Veranópolis e Vila Flores), compreendendo uma população, à época, de 455.693 habitantes ([Anexo 21](#)).

Também em 14-10-2013, a Resolução nº 531/13-CIB/RS, em razão da habilitação do Hospital como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, remanejou o valor mensal de R\$ 161.654,41 do teto MAC do Estado para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Farroupilha ([Anexo 22](#)).

Com isso, o valor que o Hospital passou a receber pelos serviços no âmbito do SUS de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia para uma população de 455.693 habitantes de 34 Municípios foi de R\$ 234.536,87 por ano, de acordo com a Portaria nº 2.090, de 24-09-2013, do Ministério da Saúde ([Anexo 20](#)), mais R\$ 161.654,41 por mês, nos termos Resolução CIB/RS nº 531, de 14-10-2013 ([Anexo 22](#)), totalizando R\$ 181.199,15 por mês.

Em 1º-11-2013, o Hospital iniciou o atendimento de alta complexidade em traumatologia e ortopedia, conforme ofício nº 146, de 05-11-2013, assinado pelo Superintendente Operacional do Hospital e remetido à 5ª Coordenadoria Regional de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul ([Anexo 23](#)).

Neste ano, o Município repassou ao Hospital R\$ 12.123.500,00 sob a forma de subvenção social, representando um acréscimo nominal de R\$ 4.916.000,00, correspondente a um acréscimo de 68,21% em relação ao ano anterior, cujo repasse foi R\$ 7.207.500,00 ([Tabela 4](#)).

O Hospital encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 1.474.725,75 (Tabelas [08](#) e [09](#)), e a dívida acumulada líquida subiu para R\$ 17.513.127,07, sendo que desta, R\$ 5.835.729,99 eram com instituições financeiras (Tabelas [10](#) e [11](#)).

No ano de 2014

Entre 2013 e 2014, os problemas financeiros e de gestão do Hospital foram amplamente debatidos. O Município buscou dialogar e negociar com Hospital, visando à formulação de propostas e alternativas para a superação dos problemas do Hospital, como por exemplo, transformar o Hospital em 100% SUS, bem como várias reuniões, encontros e debates são realizados (Anexos [24](#), [25](#), [26](#), [27](#), [28](#) e [29](#)).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

Em 2014, a crise financeira e de gestão no Hospital se agravou. Houve suspensão de cirurgias eletivas; ameaças de paralisações de funcionários e médicos; paralisação dos médicos da UTI; suspensão de internações na UTI; não cumprimento dos serviços mínimos do SUS com reflexos na filantropia do Hospital; o Hospital não fornecia as informações solicitadas pela Gestão do SUS e pelo Tribunal de Contas; o próprio Hospital informou ao Ministério Público a sua situação de crise e os riscos de paralisações e danos à população, conforme ofício nº 029, de 07-03-2014 ([Anexo 30](#)); a Secretária Estadual da Saúde veio a Farroupilha participou de reunião no Auditório do Hospital na busca de alternativas para a superação dos problemas; e o Hospital não aceitou as sugestões do Poder Público ([Anexo 28](#));

Em 13-03-2014, em razão da crise financeira e de gestão do Hospital, o Município foi obrigado a declarar Estado de Calamidade Pública, **para fins de garantir a prestação dos serviços hospitalares à população**, conforme Decreto nº 5.555 ([Anexo 31](#)).

O Estado do Rio Grande do Sul, em razão do estado de calamidade pública, repassou extraordinariamente ao Hospital R\$ 5.000.000,00 ([Tabela 4](#)).

As Resoluções nº 74, nº 78, nº 48 e nº 34, todas de 2014, editadas pelas Comissões Integrestores Regionais – CIR, aprovaram a destinação de recurso financeiro mensal do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – Fundo Estadual de Saúde, na ordem de R\$ 700.000,00, para despesas de custeio de serviços prestados aos usuários do SUS, no Hospital Beneficente São Carlos (Anexos [32](#), [33](#), [34](#) e [35](#)). Esses recursos não foram transferidos pelo Estado e o Município discute judicialmente a sua transferência ([Anexo 36](#)).

Neste ano, o Município repassou ao Hospital R\$ 7.873.500,00, sob a forma de subvenção social ([Tabela 4](#)).

Os serviços hospitalares foram garantidos à população.

O Hospital encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 2.165.723,94 (Tabelas [08](#) e [09](#)), e a dívida acumulada líquida subiu para R\$ 19.806.844,18, sendo que desta, R\$ 4.136.503,43 eram com instituições financeiras (Tabelas [10](#) e [11](#)).

No ano de 2015

Neste ano, em termos gerais, a crise financeira nacional se agravou com reflexos nas finanças públicas. Foi declarado estado de calamidade pública em inúmeros hospitais do Estado (como por exemplo, Santa Casa de Rio Grande, Hospital



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

Arcanjo São Miguel de Gramado, Santa Casa de Santana do Livramento, Hospital São Vicente de Paulo de Osório, Hospital de Canguçu, Hospital de Caridade de Três Passos, Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Rosário do Sul).

Em 29-05-2015, o Hospital comunicou ao Município a desistência da sua habilitação nos serviços de STO – Serviço de Traumatologia e Ortopedia e STOU – Serviços de Traumatologia e Ortopedia de Urgência referenciados para os Municípios das Regiões de Saúde de Vinhedos, Basalto, Uva e Vale ([Anexo 37](#)).

Em 17-07-2015, tendo em vista não mais existir riscos de interrupção, suspensão ou descontinuidade no atendimento de saúde à população, foi encerrado o estado de calamidade pública no Hospital, conforme Decreto nº 5.891 ([Anexo 38](#)).

O Hospital passou a ter uma nova estruturação, com novos associados e um novo conselho de administração (Anexos [39](#) e [40](#)).

Em 24-08-2015, a Resolução nº 231/15-CIB/RS, aprovou a solicitação de desabilitação dos serviços de alta complexidade em traumatologia e ortopedia do Hospital, e autorizou o remanejamento do recurso financeiro federal do bloco de financiamento MAC do Fundo Municipal de Saúde de Farroupilha para o Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul ([Anexo 41](#)).

Neste ano, foi garantida a manutenção da filantropia do Hospital, tendo em vista a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Hospital Beneficente São Carlos, de acordo com a Portaria nº 777, de 31-08-2015, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde ([Anexo 42](#)).

Neste ano, o Estado do Rio Grande Sul, além de não realizar repasses extraordinários, reduziu os repasses ordinários de R\$ 3.144.941,91 em 2014 para R\$ 458.720,90 em 2015 ([Tabela 4](#)).

O Município repassou ao Hospital R\$ 8.410.285,50 ([Tabela 4](#)).

O Hospital encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 9.526.597,23 (Tabelas [08](#) e [09](#)), e a dívida acumulada líquida aumentou para R\$ 29.471.636,12, sendo que desta, R\$ 15.134.388,95 eram com instituições financeiras (Tabelas [10](#) e [11](#)).

No ano de 2016

Em 1º-02-2016, foi iniciada uma nova modalidade de contratação SUS entre o Município e o Hospital ([Anexo 43](#)). A modalidade de subvenção social foi



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

substituída por incentivos.

Em 10-03-2016, o Hospital foi desabilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 214 ([Anexo 44](#)).

Como consequência da desabilitação da Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, as despesas operacionais reduziram, diminuindo também o déficit do Hospital.

Neste ano, houve o ingresso de novos associados e alterações no Estatuto do Hospital ([Anexo 45](#)).

O Município repassou ao Hospital R\$ 9.944.944,65 ([Tabela 4](#)).

O Hospital encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 8.224.616,58 (Tabelas [08](#) e [09](#)), e a dívida acumulada líquida aumentou para R\$ 36.520.280,52, sendo que desta, R\$ 14.298.856,20 eram com instituições financeiras (Tabelas [10](#) e [11](#)).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA

ANÁLISES FINANCEIRAS E DE GESTÃO

Analisando-se os dados históricos das Demonstrações de Resultado do Exercício do Hospital (Tabelas [08](#) e [09](#)), percebe-se que seu resultado passou a ser deficitário a partir do exercício de 2009. Desde então, as despesas operacionais e financeiras cresceram em proporção superior às receitas, originado prejuízos consecutivos que resultaram no crescente endividamento do Hospital.

A partir de 2009, houve um incremento considerável nas Despesas Operacionais que passaram de R\$ 13.078.193,12 em 2008, para R\$ 25.005.197,33 em 2012, e para R\$ 32.807.067,64 em 2016, correspondendo a um aumento total de 150,85% ([Tabela 01](#)), sendo que a inflação nesse período foi de 65,09% (fonte: IPCA/IBGE).

Tabela 1
Evolução das Despesas Operacionais de 2008 a 2016

	2008	2012	2016	Varição 2008/2016
Despesas Operacionais	(13.078.193,12)	(25.005.197,33)	(32.807.067,64)	150,85%
Pessoal	(7.118.834,95)	(12.725.098,01)	(17.773.892,79)	149,67%
Gerais e Administrativas	(2.054.821,73)	(3.519.111,79)	(2.978.314,27)	44,94%
Serviços Médicos e de Terceiros	(1.938.188,13)	(6.831.096,77)	(8.482.199,54)	337,64%
Materiais e Medicamentos	(1.883.500,00)	(2.537.989,85)	(3.595.637,92)	90,90%
Outras Despesas Operacionais	(120.125,14)	(317.834,75)	(14.844,54)	- 87,64%
Outras Receitas Operacionais	37.276,83	925.933,84	37.821,42	1,46%

Entre as despesas mencionadas, as que mais cresceram foram as com Serviços Médicos e de Terceiros, que tiveram no período de 2008 a 2016 um aumento considerável (337,64%) em relação à inflação desse mesmo período (65,09%), com destaque para os anos de 2011 e 2012 (Tabela 2).

Tabela 2
Evolução das Despesas com Serviços Médicos e de Terceiros de 2008 a 2016

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Serviços Médicos e de Terceiros	-	30,60%	20,67%	43,10%	56,28%	10,76%	32,06%	7,82%	-21,26%	337,64%
Inflação (IPCA/IBGE)	5,90%	4,31%	5,91%	6,50%	5,84%	5,91%	6,41%	10,67%	6,29%	65,09%



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

Enquanto isso, as Receitas Operacionais do Hospital, incluindo subvenções, tiveram um crescimento inferior às despesas, passando de R\$ 14.093.694,88 em 2008, para R\$ 22.187.780,78 em 2012, e para R\$ 28.237.977,15 em 2016, correspondendo a um crescimento total de 100,36% no período (Tabela 3), frente a um aumento das despesas de 150,85%, (Tabelas 01 e 02).

Tabela 3
Evolução das Receitas Operacionais de 2008 a 2016

	2008	2012	2016	Varição 2008/2016
Receitas Operacionais	14.093.694,88	22.187.780,78	28.237.977,15	100,36%
Receita SUS Ajustada	3.013.981,30	4.925.356,92	5.501.989,06	82,55%
Convênios (Exceto SUS)	4.611.353,91	6.232.831,22	6.050.614,43	31,21%
Particulares	726.050,97	1.494.668,33	1.753.777,68	141,55%
Subvenções Sociais e Incentivos	5.645.866,56	9.434.844,01	14.598.716,92	158,57%
Doações	8.818,00	13.238,09	53.833,61	510,50%
Outras	87.624,14	86.842,21	279.045,45	218,46%

Analisando-se as espécies de receitas individualmente, percebe-se que as receitas advindas do SUS cresceram 82,55% no período de 2008 a 2016, sendo este crescimento decorrente do aumento da quantidade de serviços contratualizados, já que os valores dos procedimentos da tabela SUS não foram reajustados no período. Para compensar parte desta defasagem dos recursos do SUS, foram repassados subvenções sociais e incentivos públicos ao Hospital, que cresceram 158,57% no período. Juntas, as Receitas do SUS e de Subvenções Sociais e Incentivos, que representam os recursos públicos destinados ao Hospital, passaram de R\$ 8.659.847,86 em 2008, para R\$ 20.100.705,98 em 2016, correspondendo a um crescimento de 132,11% no período.

Quanto às Receitas de Convênios e Particulares, juntas, estas passaram de R\$ 5.337.404,88 em 2008, para R\$ 7.804.392,11 em 2016, correspondendo a um crescimento de apenas 46,22%, isto é, menos que a inflação do período, que foi de 65,09% (fonte: IPCA/IBGE). Observa-se, ainda, que as Receitas de Convênios cresceram apenas 31,21% nesse período de 2008 a 2016, tendo inclusive reduzido o seu valor nominal entre 2012 e 2016 em 2,92%.

Também se percebe que as receitas advindas do Setor Público cresceram em patamar bem superior às privadas. Além disso, verifica-se que o Município de Farroupilha realizou aportes crescentes de recursos financeiros, enquanto o Estado reduziu significativamente os seus repasses ao Hospital a partir de 2015 (Tabela 4).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

Tabela 4
Repasse de Recursos Públicos ao Hospital de 2008 a 2016

Ano	Recursos Federais	Recursos Estaduais	Recursos Municipais	Total
2008	123.092,54	-	4.850.000,00	4.973.092,54
2009	90.000,00	-	5.392.457,00	5.482.457,00
2010	97.500,00	100.000,00	6.500.000,00	6.697.500,00
2011	246.000,00	79.947,06	7.086.197,06	7.412.144,12
2012	4.117.958,09	1.329.994,60	7.207.500,00	12.655.452,69
2013	6.478.337,81	2.276.498,46	12.123.500,00	20.878.336,27
2014	8.995.823,32	8.144.941,91	7.811.625,00	24.952.390,23
2015	10.078.985,36	458.720,90	8.410.285,50	18.947.991,76
2016	7.630.450,37	1.442.802,81	9.944.944,65	19.018.197,83
Total	37.858.147,49	13.832.905,74	69.326.509,21	121.017.562,44

NOTAS:

1 – Informação relativa a recursos geridos pelo Município de Farroupilha, não incluindo os recursos SUS até meados de 2012, que eram geridos pelo Estado do Rio Grande do Sul.

2 – Valores da contabilidade do Município podem, eventualmente, divergir da contabilidade do Hospital devido ao regime contábil utilizado.

3 – No total de R\$ 8.144.941,91 repassados pelo Estado em 2014, R\$ 5.000.000,00 correspondem a repasses extraordinários, de acordo com as Portarias SES nº 405, 955 e 969/2014, decorrentes da Declaração de Estado de Calamidade, efetivada por meio do Decreto nº 5.555/2014, do Poder Executivo Municipal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

Como consequência do desajuste entre receitas e despesas, o Hospital teve resultados deficitários consecutivamente a partir de 2009 (Tabela 8). Isso levou ao endividamento do Hospital, que em valores líquidos passou de R\$ 5.140.190,23 em 2008, para R\$ 16.108.846,91 em 2012, representando um aumento de 213,39%, e alcançando R\$ 36.520.280,52 em 2016, ou 126,71% (Tabela 5). No acumulado de 2008 a 2016, houve um aumento de 610,48% no endividamento líquido do Hospital.

Tabela 5
Evolução dos Passivos de 2008 a 2016

	2008	2012	2016	Varição 2008/2016
Fornecedores	875.727,33	4.503.873,17	8.677.954,02	890,94%
Ordenados e salários a pagar	327.450,78	599.836,15	1.377.448,64	320,66%
Impostos e contribuições sociais	2.356.190,80	2.481.879,28	6.730.017,88	185,63%
Instituições financeiras	8.326,49	6.839.304,18	14.298.856,20	171.627,30%
Provisões	1.424.793,81	1.432.143,66	4.966.364,94	248,57%
Outros Passivos	270.240,83	344.283,71	2.107.522,53	679,87%
Total de Passivos	5.262.730,04	16.201.320,15	38.158.164,21	625,06%
(-) Valor em Caixa	122.539,81	92.473,24	1.637.883,69	1.236,61%
Dívida Líquida	5.140.190,23	16.108.846,91	36.520.280,52	610,48%

No segundo semestre de 2015, houve uma reestruturação dos passivos através da contratação de um empréstimo na Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 7.400.000,00, e outro na Unicred Nordeste RS, no valor de R\$ 8.000.000,00. Cerca de R\$ 4 milhões desses recursos foram utilizados para a quitação de dívidas já existentes nestas instituições financeiras, e aproximadamente R\$ 1 milhão foi usado para abater dívidas com fornecedores. O restante dos valores foi utilizado para a manutenção das atividades do Hospital instituição e abatimento de outras dívidas (Tabela 6).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

**Tabela 6
Variação dos Passivos de 2014 a 2015**

	2014	2015	Diferença
Fornecedores	6.933.620,08	5.908.106,15	(1.025.513,93)
Ordenados e salários a pagar	1.015.641,74	877.960,19	(137.681,55)
Impostos e contribuições sociais	4.587.300,08	4.552.971,48	(34.328,60)
Instituições financeiras	4.136.503,43	15.134.388,95	10.997.885,52
Provisões	1.982.892,65	3.498.818,13	1.515.925,48
Outros Passivos	1.294.338,95	1.055.329,57	(239.009,38)
Total de Passivos	19.950.296,93	31.027.574,47	11.077.277,54
(-) Valor em Caixa	143.452,75	1.555.938,35	1.412.485,60
Dívida Líquida	19.806.844,18	29.471.636,12	9.664.791,94

O endividamento crescente aumenta o custo total da dívida, sendo este refletido no resultado financeiro deficitário, que passou de R\$ 90.609,52 em 2008, para R\$ 834.007,61 em 2012, e para R\$ 3.655.526,09 em 2016, o que somado ao déficit operacional resulta no prejuízo total da instituição resumido na Tabela 7.

**Tabela 7
Evolução do Resultado Operacional, Financeiro e Líquido em Relação às Dívidas de
2008 a 2016**

	2008	2012	2016
Resultado Operacional	1.015.501,76	(2.817.416,55)	(4.569.090,49)
Receitas Operacionais	14.093.694,88	22.187.780,78	28.237.977,15
Despesas Operacionais	(13.078.193,12)	(25.005.197,33)	(32.807.067,64)
Resultado Financeiro	(90.609,52)	(834.007,61)	(3.655.526,09)
Receitas Financeiras	56.798,47	50.422,82	277.420,00
Despesas Financeiras	(147.407,99)	(884.430,43)	(3.932.946,09)
Resultado Líquido	924.892,24	(3.651.424,16)	(8.224.616,58)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

CONCLUSÕES

Pelo que se depreende do contexto, a decisão de credenciar o Hospital como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia no âmbito do SUS gerou custos muito superiores às receitas advindas dos serviços.

Desde 2009, as despesas do Hospital aumentaram mais do que as receitas. Entre as despesas, as que mais cresceram foram com serviços médicos e de terceiros, que tiveram no período de 2008 a 2016 um aumento 337,64%, sendo que a inflação no período foi 65,09%. Os anos 2011 e 2012 se destacam com os maiores aumentos nestas despesas, 43,10% e 56,28%, respectivamente, contra uma inflação de 6,50% e 5,84, respectivamente, tudo conforme demonstrado nas Tabelas 1 a 3. Foi sendo gerado, assim, um déficit operacional crescente que atingiu seu ápice em 2015, conforme evidenciado nas Tabelas 1, 2, 8 e 9.

Os crescentes déficits levaram ao endividamento do Hospital e ao consequente aumento das despesas financeiras, que por sua vez prejudicam ainda mais os resultados e geram mais endividamento, provocando uma espécie de ciclo vicioso.

A atual dívida nada mais é do que o reflexo dos déficits operacionais e financeiros acumulados ao longo da última década, tendo como principal causa, ao que tudo indica, a decisão tomada em 2007 de credenciar o Hospital como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia.

Destaca-se que pelos serviços de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia para uma população de 455.693 habitantes de 34 Municípios, o Hospital passou a receber o valor mensal de R\$ 181.199,15, segundo demonstram os Anexos 20 e 22, nitidamente inferior ao custo dos serviços.

Positivamente, percebe-se que o nível de crescimento das despesas vem diminuindo desde 2013, conforme demonstrado nas Tabelas 1 e 2. As despesas totais aumentaram 91,19% de 2008 para 2012, e apenas 31,20% de 2012 para 2016. Entre as principais, as despesas com pessoal subiram 78,75% de 2008 para 2012, e 39,67% de 2012 para 2016. E as despesas com serviços médicos e de terceiros aumentaram impressionantes 252,45% de 2008 para 2012, e apenas 24,17% de 2012 para 2016, sendo que estas, inclusive diminuíram 21,26% de 2015 para 2016.

Também resta evidenciado que o Município de Farroupilha vem contribuindo para amenizar a crise financeira enfrentada pelo Hospital por meio de aportes crescentes de recursos, sendo hoje responsável por mais da metade dos recursos públicos destinados ao Hospital, conforme comprovado na Tabela 4. Apenas nos últimos dois anos analisados, 2015 e 2016, o Município repassou ao Hospital R\$



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

18.355.230,20, e o Estado, no mesmo período, repassou R\$ 1.901.523,71.

Nota-se que o Estado do Rio Grande do Sul reduziu significativamente seus repasses a partir de 2015, fato que, por certo, contribuiu para o agravamento da crise financeira do Hospital no período.

Na última década, as receitas advindas do Setor Público tiveram um crescimento 132,11%, passando de R\$ 8.659.847,86 em 2008, para R\$ 20.100.705,98 em 2016, conforme mencionado na Tabela 3.

No mesmo período, as receitas de convênios e particulares cresceram abaixo da inflação, passando de R\$ 5.337.404,88 em 2008, para R\$ 7.804.392,11 em 2016, correspondendo a um crescimento de apenas 46,22%, sendo que a inflação no período foi 65,09%. Nos últimos quatro anos, houve inclusive redução nominal da receita de convênio, que passou de R\$ 6.232.831,22 em 2012, para R\$ 6.050.614,43 em 2016, correspondendo a uma diminuição de 2,92%. Existe, portanto, espaço para incremento destas receitas, com consequente aproveitamento da capacidade instalada do Hospital e contribuição para a sua manutenção e superação da crise.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

ANEXOS

[Anexo 1:](#) Estatuto de Fundação do Sanatório Nova Vicenza Limitada, de 17-02-1934.

[Anexo 2:](#) Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria e do Conselho e Estatuto do Hospital Beneficente São Carlos, de 26-12-1975.

[Anexo 3:](#) Escritura Pública de Doação nº 4.196, lavrada em 05-10-1989, e Lei Municipal nº 1.647, de 11-09-1989.

[Anexo 4:](#) Escritura Pública de Doação nº 7.425, lavrada em 30-09-2003, e Lei Municipal nº 2.773, de 15-07-2003.

[Anexo 5:](#) Ofício nº 29/2007, de 22-08-2007, do Hospital.

[Anexo 6:](#) Ofício nº 035-06/10, de 14-06-2010, do Hospital.

[Anexo 7:](#) Ofício nº 036-06/10, de 14-06-2010, do Hospital.

[Anexo 8:](#) Ofício nº 129/2010, de 19-08-2010, da Secretaria Municipal de Saúde, e correspondência de 12-08-2010, da Secretaria Estadual da Saúde.

[Anexo 9:](#) Termo de Compromisso de Gestão Municipal, celebrado em 20-10-2010.

[Anexo 10:](#) Portaria nº 3.842, de 07-12-2010, do Ministério da Saúde.

[Anexo 11:](#) Ofício nº 048-07/11, de 26-07-2011, do Hospital.

[Anexo 12:](#) Ofício nº 062-10/11, de 20-10-2011, do Hospital.

[Anexo 13:](#) Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 29/2012, celebrado entre o Município de Farroupilha e o Hospital, em 29-03-2012.

[Anexo 14:](#) Resolução CIB/RS nº 30, de 17-02-2012.

[Anexo 15:](#) Resolução CIB/RS nº 158, de 19-04-2012.

[Anexo 16:](#) Ofício SMS nº 160, de 15-10-2012, da Secretaria Municipal de Saúde.

[Anexo 17:](#) Ofício SMS nº 185, de 26-11-2012, da Secretaria Municipal de Saúde.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

[Anexo 18:](#) Ofício SMS nº 190, de 28-11-2012, da Secretaria Municipal de Saúde.

[Anexo 19:](#) Portaria nº 1.024, de 13-09-2013, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

[Anexo 20:](#) Portaria nº 2.090, de 24-09-2013, do Ministério da Saúde.

[Anexo 21:](#) Resolução CIB/RS nº 530, de 14-10-2013.

[Anexo 22:](#) Resolução CIB/RS nº 531, de 14-10-201.

[Anexo 23:](#) Ofício nº 146, de 05-11-2013, do Hospital.

[Anexo 24:](#) Ofício nº 007/2014, de 07-01-2014, do Poder Executivo Municipal.

[Anexo 25:](#) Ofício nº 011/2014, de 09-01-2014, do Poder Executivo Municipal.

[Anexo 26:](#) Ofício nº 012/2014, de 13-01-2014, do Poder Executivo Municipal.

[Anexo 27:](#) Correspondência de 10-01-2014, firmada pelo Presidente do Conselho Deliberativo do Hospital.

[Anexo 28:](#) Correspondência de 14-01-2014, firmada pelo Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Hospital.

[Anexo 29:](#) Ofício nº 019/2014, de 20-01-2014, do Poder Executivo Municipal.

[Anexo 30:](#) Ofício nº 029, de 07-03-2014, do Hospital.

[Anexo 31:](#) Decreto nº 5.555, de 13-03-2014, do Poder Executivo Municipal.

[Anexo 32:](#) Resolução CIR nº 74/2014.

[Anexo 33:](#) Resolução CIR nº 78/2014.

[Anexo 34:](#) Resolução CIR nº 48/2014.

[Anexo 35:](#) Resolução CIR nº 34/2014.

[Anexo 36:](#) Movimentação processual da ação judicial nº 70072485501.

[Anexo 37:](#) Correspondência de 29-05-2015, firmada pelo Gestor do Hospital.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**

[Anexo 38:](#) Decreto nº 5.891, de 17-07-2015, do Poder Executivo Municipal.

[Anexo 39:](#) Ata de Assembleia Geral Extraordinária do Hospital, de 17-07-2015.

[Anexo 40:](#) Estatuto do Hospital, de 17-07-2015.

[Anexo 41:](#) Resolução CIB/RS nº 231, 24-08-2015.

[Anexo 42:](#) Portaria nº 777, de 31-08-2015, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

[Anexo 43:](#) Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 14/2016, celebrado entre o Município e o Hospital, em 1º-02-2016.

[Anexo 44:](#) Portaria nº 214, de 10-03-2016, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

[Anexo 45:](#) Estatuto atual do Hospital Beneficente São Carlos.

Tabela 8
Demonstração do Resultado do Exercício de 2008 a 2016

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Operacionais	14.093.694,88	14.821.830,67	16.978.734,42	19.243.181,42	22.187.780,78	29.410.825,72	34.128.109,82	27.966.764,03	28.237.977,15
Receita SUS Ajustada*	3.013.981,30	3.443.535,58	3.674.325,26	3.794.212,17	4.925.356,92	5.180.137,88	6.908.067,94	6.355.119,79	5.501.989,06
Convênios (Exceto SUS)**	4.611.353,91	4.717.076,17	5.350.531,66	5.809.675,88	6.232.831,22	6.808.557,51	7.302.406,07	7.227.600,39	6.050.614,43
Particulares	726.050,97	737.441,80	906.313,75	894.391,09	1.494.668,33	1.621.884,62	1.668.958,84	1.707.616,96	1.753.777,68
Subvenções Sociais	5.645.866,56	5.822.539,92	6.834.871,47	8.581.998,53	9.434.844,01	15.651.297,35	18.088.579,62	12.509.540,84	14.598.716,92
Doações	8.818,00	7.804,10	15.674,48	2.403,05	13.238,09	18.018,06	15.809,44	57.711,28	53.833,61
Outras	87.624,14	93.433,10	197.017,80	160.500,70	86.842,21	130.930,30	144.287,91	109.174,77	279.045,45
Despesas Operacionais	(13.078.193,12)	(15.965.746,63)	(17.429.513,13)	(20.565.790,37)	(25.005.197,33)	(29.796.395,71)	(35.284.756,07)	(36.052.265,17)	(32.807.067,64)
Pessoal	(7.118.834,95)	(8.247.259,42)	(9.299.693,41)	(10.618.169,79)	(12.725.098,01)	(15.326.717,80)	(16.679.396,29)	(17.728.273,71)	(17.773.892,79)
Gerais e Administrativas	(2.054.821,73)	(2.622.972,00)	(2.865.690,74)	(3.800.265,95)	(3.519.111,79)	(3.272.957,67)	(3.599.870,70)	(3.214.951,64)	(2.978.314,27)
Serviços de Terceiros	(1.938.188,13)	(2.531.231,89)	(3.054.549,54)	(4.371.030,38)	(6.831.096,77)	(7.566.297,65)	(9.992.030,77)	(10.772.911,28)	(8.482.199,54)
Materiais e Medicamentos	(1.883.500,00)	(2.199.766,51)	(2.098.853,22)	(1.797.327,13)	(2.537.989,85)	(3.335.823,86)	(4.481.619,67)	(4.367.550,10)	(3.595.637,92)
Outras Despesas Operacionais	(120.125,14)	(402.989,75)	(169.085,30)	(43.162,21)	(317.834,75)	(363.258,73)	(562.608,23)	(2.439,44)	(14.844,54)
Outras Receitas Operacionais	37.276,83	38.472,94	58.359,08	64.165,09	925.933,84	68.660,00	30.769,59	33.861,00	37.821,42
Contribuições Sociais	(2.137.125,36)	(2.440.206,09)	(2.777.495,72)	(3.184.864,07)	(3.648.886,36)	(4.506.264,58)	(4.123.372,51)	(4.903.770,29)	(4.883.505,54)
Gratuidades	(4.957.723,79)	(6.250.692,71)	(6.675.652,82)	(8.027.136,49)	(11.004.035,87)	-	-	-	-
Recuperação de Contribuições Sociais e Gratuidades	7.094.849,15	8.690.898,80	9.453.148,54	11.212.000,56	14.652.922,23	4.506.264,58	4.123.372,51	4.903.770,29	4.883.505,54
Resultado Operacional	1.015.501,76	(1.143.915,96)	(450.778,71)	(1.322.608,95)	(2.817.416,55)	(385.569,99)	(1.156.646,25)	(8.085.501,14)	(4.569.090,49)
Resultado Financeiro	(90.609,52)	(161.283,07)	(273.634,16)	(558.020,09)	(834.007,61)	(1.089.155,76)	(1.009.077,69)	(1.441.096,09)	(3.655.526,09)
Receitas Financeiras	56.798,47	33.464,57	40.056,25	64.319,56	50.422,82	96.556,51	41.905,46	343.232,05	277.420,00
Despesas Financeiras	(147.407,99)	(194.747,64)	(313.690,41)	(622.339,65)	(884.430,43)	(1.185.712,27)	(1.050.983,15)	(1.784.328,14)	(3.932.946,09)
Resultado Líquido	924.892,24	(1.305.199,03)	(724.412,87)	(1.880.629,04)	(3.651.424,16)	(1.474.725,75)	(2.165.723,94)	(9.526.597,23)	(8.224.616,58)

FONTE: Elaboração própria com base nos relatórios de auditoria independente de Rosito e Filomena Auditores Independentes e em relatórios contábeis analíticos.

* Receita SUS Ajustada = Receita da Contratualização SUS + Ajuste de Contratualização SUS – Deduções das Receitas.

** Convênios (Exceto SUS) = Receita de Convênios – Contratualização SUS – Ajuste de Contratualização SUS.

Tabela 9
Balço Patrimonial de 2008 a 2016

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ATIVO	8.345.853,97	9.374.568,97	10.761.858,95	11.985.489,51	12.233.170,23	13.671.458,52	13.673.944,91	15.224.605,22	14.130.598,38
ATIVO CIRCULANTE	1.552.991,29	1.587.419,89	1.479.511,84	1.381.065,65	1.605.003,12	2.002.197,02	2.157.887,30	3.739.258,71	3.064.311,02
Caixa e equivalentes de caixa	122.539,81	216.673,00	211.382,15	150.444,91	92.473,24	279.443,16	143.452,75	1.555.938,35	1.637.883,69
Contas a receber	1.070.659,38	929.575,13	830.352,91	815.846,75	1.014.601,20	1.216.314,96	1.389.319,56	1.279.248,19	905.573,31
Estoques	226.905,40	274.360,46	318.037,96	272.900,30	330.148,85	327.130,35	480.668,06	638.499,47	400.863,94
Outras contas a receber	132.886,70	166.811,30	119.738,82	141.873,69	167.779,83	179.308,55	144.446,93	265.572,70	119.990,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.792.862,68	7.787.149,08	9.282.347,11	10.604.423,86	10.628.167,11	11.669.261,50	11.516.057,61	11.485.346,51	11.066.287,36
Depósitos Judiciais	487.311,35	588.095,39	678.705,50	822.256,91	120.969,73	131.593,88	262.658,62	370.122,28	385.077,90
Investimentos	17.793,31	21.333,55	17.778,50	4.081,34	21.463,95	40.700,50	63.799,07	80.866,93	112.871,15
Imobilizado	6.281.386,47	7.174.503,00	8.579.132,31	9.761.260,16	10.473.385,18	11.489.505,63	11.185.337,51	10.990.329,81	10.539.234,02
Intangível	6.371,55	3.217,14	6.730,80	16.825,45	12.348,25	7.461,49	4.262,41	44.027,49	29.104,29
PASSIVO	5.262.730,04	7.156.913,58	9.201.936,53	12.304.335,27	16.201.320,15	17.792.570,23	19.950.296,93	31.027.574,47	38.158.164,21
PASSIVO CIRCULANTE	3.127.868,64	4.842.824,04	5.359.250,81	7.351.685,34	10.160.321,98	12.374.988,65	15.396.493,39	15.098.785,58	23.230.235,81
Fornecedores	875.727,33	764.000,17	1.184.324,82	2.607.710,74	4.503.873,17	5.349.526,59	6.933.620,08	5.908.106,15	8.677.954,02
Instituições financeiras	8.326,49	1.197.494,88	1.040.316,05	1.405.394,38	2.576.377,59	2.070.273,66	1.733.144,86	3.097.275,36	4.195.364,15
Impostos e contribuições sociais	390.079,40	432.145,00	482.684,14	523.743,84	767.053,13	1.561.172,85	2.443.605,11	661.296,18	2.123.081,55
Ordenados e salários a pagar	327.450,78	375.007,24	435.218,75	458.105,60	599.836,15	683.047,27	1.015.641,74	877.960,19	1.377.448,64
Provisão para férias e encargos	704.199,81	809.048,35	867.136,93	993.438,65	1.221.579,51	1.393.212,74	1.284.658,19	1.470.700,81	1.717.420,61
Provisão para contingências	720.594,00	1.197.284,80	1.022.769,00	1.115.544,80	210.564,15	487.789,10	698.234,46	2.028.117,32	3.248.944,33
Outras contas a pagar	101.490,83	67.843,60	326.801,12	247.747,33	281.038,28	829.966,44	1.287.588,95	1.055.329,57	1.890.022,51
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.134.861,40	2.314.089,54	3.842.685,72	4.952.649,93	6.040.998,17	5.417.581,58	4.553.803,54	15.928.788,89	14.927.928,40
Instituições financeiras	-	217.800,00	1.869.715,41	2.973.094,28	4.262.926,59	3.765.456,33	2.403.358,57	12.037.113,59	10.103.492,05
Impostos e contribuições sociais	1.966.111,40	1.954.539,54	1.858.220,31	1.810.376,18	1.714.826,15	1.618.375,25	2.143.694,97	3.891.675,30	4.606.936,33
Receitas antecipadas	168.750,00	141.750,00	114.750,00	87.750,00	60.750,00	33.750,00	6.750,00	-	217.500,02
Outras contas a pagar	-	-	-	81.429,47	2.495,43	-	-	-	-
PATRIMNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO	3.083.123,93	2.217.655,39	1.559.922,42	(318.845,76)	(3.968.149,92)	(4.121.111,71)	(6.276.352,02)	(15.802.949,25)	(24.027.565,83)
Patrimnio social	1.977.979,68	2.918.985,18	2.284.335,29	1.561.783,28	(318.765,76)	(2.746.385,96)	(4.110.628,08)	(6.276.352,02)	(15.802.949,25)
Subvenções patrimoniais	180.252,01	603.869,24	-	-	2.040,00	100.000,00	-	-	-
Superávit/Déficit acumulado	924.892,24	(1.305.199,03)	(724.412,87)	(1.880.629,04)	(3.651.424,16)	(1.474.725,75)	(2.165.723,94)	(9.526.597,23)	(8.224.616,58)

FONTE: Relatórios de auditoria independente de Rosito e Filomena Auditores Independentes.

Tabela 10
Passivos de 2008 a 2016

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fornecedores	875.727,33	764.000,17	1.184.324,82	2.607.710,74	4.503.873,17	5.349.526,59	6.933.620,08	5.908.106,15	8.677.954,02
Ordenados e salários a pagar	327.450,78	375.007,24	435.218,75	458.105,60	599.836,15	683.047,27	1.015.641,74	877.960,19	1.377.448,64
Impostos e contribuições sociais	2.356.190,80	2.386.684,54	2.340.904,45	2.334.120,02	2.481.879,28	3.179.548,10	4.587.300,08	4.552.971,48	6.730.017,88
Instituições financeiras	8.326,49	1.415.294,88	2.910.031,46	4.378.488,66	6.839.304,18	5.835.729,99	4.136.503,43	15.134.388,95	14.298.856,20
Provisões	1.424.793,81	2.006.333,15	1.889.905,93	2.108.983,45	1.432.143,66	1.881.001,84	1.982.892,65	3.498.818,13	4.966.364,94
Outros Passivos	270.240,83	209.593,60	441.551,12	416.926,80	344.283,71	863.716,44	1.294.338,95	1.055.329,57	2.107.522,53
Total de Passivos	5.262.730,04	7.156.913,58	9.201.936,53	12.304.335,27	16.201.320,15	17.792.570,23	19.950.296,93	31.027.574,47	38.158.164,21
(-) Valor em Caixa	122.539,81	216.673,00	211.382,15	150.444,91	92.473,24	279.443,16	143.452,75	1.555.938,35	1.637.883,69
Dívida Líquida*	5.140.190,23	6.940.240,58	8.990.554,38	12.153.890,36	16.108.846,91	17.513.127,07	19.806.844,18	29.471.636,12	36.520.280,52

FONTE: Elaboração própria com base nos relatórios de auditoria independente de Rosito e Filomena Auditores Independentes.

* Dívida Líquida = Total dos Passivos – Saldo em Caixa e Equivalente.

Tabela 11
Passivos com Instituições Financeiras de 2008 a 2016

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Unicred Nordeste RS	-	-	-	2.447.528,68	3.761.796,92	2.946.610,58	2.569.886,82	7.701.980,61	7.327.633,68
Caixa Econômica Federal	-	55.059,53	-	-	-	-	-	7.149.248,32	6.201.228,69
Banco do Brasil	8.326,49	990.000,00	2.620.378,42	1.668.333,52	1.734.803,63	1.682.430,01	821.051,04	269.884,66	482.908,10
Banco Banrisul	-	370.235,35	289.653,04	137.420,59	748.787,92	860.383,70	593.484,99	-	116.133,89
Banco Santander	-	-	-	-	388.790,52	223.611,14	120.219,86	-	-
Banco HBSC	-	-	-	125.205,87	205.125,19	45.697,76	-	-	-
Banco IBM	-	-	-	-	-	76.996,80	31.860,72	13.275,36	170.951,84
Total	8.326,49	1.415.294,88	2.910.031,46	4.378.488,66	6.839.304,18	5.835.729,99	4.136.503,43	15.134.388,95	14.298.856,20

FONTE: Elaboração própria com base nos relatórios de auditoria independente de Rosito e Filomena Auditores Independentes.